

1

O IMPÉRIO ROMANO E SEUS COSTUMES

Neste capítulo, será descrito o contexto histórico, social e religioso do Império Romano; as virtudes e os vícios, que contribuíram para a grandeza e a decadência da Roma antiga; e as consequências desastrosas do espírito guerreiro dos romanos, que os lançava sempre em busca de novos territórios e riquezas; como os costumes pagãos terminaram favorecendo a depravação e a corrupção dos governantes e do povo; a religiosidade em seus diversos desdobramentos; as manifestações do culto pagão na família e na vida pública; o confronto entre o ideal cristão e a mentalidade pagã; o cristianismo com sua força regeneradora, capaz de restaurar o coração do ser humano; o paganismo com seu apego desordenado à matéria e a sede desenfreada pelo poder; a importância da *pax augusta* e sua ressonância na época de Santo Agostinho; a unificação política e religiosa no tempo de Augusto; os benefícios e os limites decorrentes dessa forma de paz; as aproximações e diferenças entre a *pax romana* e a *pax augustiniana*.

1.1

O desejo de poder dos Romanos

Santo Agostinho, ao refletir sobre o desejo de poder dos romanos, reconhece que tal cobiça não era especificamente uma atitude do povo romano, mas um vício comum a todo o gênero humano, ainda que muito mais arraigado naquele povo.

«E o apetite ao domínio, de todas as paixões do gênero humano a que mais embriaga qualquer alma romana, depois de vencer alguns dos mais poderosos, encontra acabrunhados e abatidos os restantes e oprime-os com o jugo da escravidão »¹.

1. De Civ. Dei, I,30.

Para o Pastor Africano, as guerras, as lutas fratricidas, as revoltas e os assassinatos são o resultado do desejo desordenado que o homem tem de se impor aos seus semelhantes. Não reinava a paz, segundo o Hiponense, porque o sistema político estava profundamente deteriorado, havia perdido a sua razão de ser, tornando-se desumano e cruel ². As autoridades não buscavam o bem-comum de seus cidadãos. Na *Cidade de Deus*, o Pastor de Hipona diz, claramente, que a justiça nunca foi praticada no Império Romano, pois, até então, Roma havia adorado deuses falsos, incapazes de proporcionar a verdadeira harmonia entre seus súditos: “A autêntica justiça existe apenas na república, cujo fundador e o governo é Cristo” ³.

Nosso Autor, que conhecia de perto o profundo desejo de domínio do Império Romano, sabia que nenhum decreto ou lei é capaz de controlar este impulso do ser humano. Só a graça de Cristo, a sublimidade da fé, contém a força para deter ou reconduzir este impulso para o bem-comum. De fato, os romanos, sobretudo aqueles que detinham o poder, não puderam superá-lo, porque não se aderiam, plenamente, à proposta do Evangelho. Às vezes, se pensa que a mudança do partido político ou do sistema de governo: República, Monarquia ou Império, resolverá os problemas, trará a paz, justiça e tranquilidade. Todavia, o autor da *Cidade de Deus* afirma que antes de tudo é preciso que aconteça a transformação no íntimo das pessoas, o que acarretará nova mentalidade permeada de um respeito pela dignidade do ser humano. Essa, para Agostinho, é a única solução ou remédio para a cupidez do domínio.

O conceito agostiniano de política contrasta com aquele que era vivido pelo Império Romano ⁴. Enquanto Agostinho definia a política como exercício do poder em benefício da coletividade, os legisladores romanos buscavam apenas os seus próprios interesses. De fato, não só os habitantes de Roma, mas todos os povos que o Império Romano dominou e saqueou, sofreram, terrivelmente, as consequências do poder que dominava todas as ações dos romanos.

Segundo o Hiponense, o poder tem a sua origem, em Deus, que distribui seus dons objetivando o bem-comum. Aqueles que possuem o poder não devem

2.Cf. BUTTI, Camillo. *La Mente di S. Agostino Nella Città di Dio*, Firenze, Fiorentina, 1930, p.54.

3.De Civ. Dei, II, 21, 4.

4.Cf. GIORGIANNI, Virgilio. *Il Concetto Del Diritto e Dello Stato in S. Agostino*, Padova, Dott. Antonio Milani, 1951, p.107.

esquecer que este está fundamentado na transcendência humana. Portanto, o poder só será bem exercido, quando se abrir para os ditames da Lei Divina. O erro crucial dos romanos foi deixarem-se encantar pela soberba, que, embora os tenha levado ao cume de grandes conquistas, tornou-se, mais tarde, a causa da própria destruição, já que o poder vivido, sem ética e sem o respeito pelo próximo, não tem consistência para manter-se firme por muito tempo⁵. Cristo veio, ao mundo, para dar o justo equilíbrio nas relações entre os que governam e aqueles que são governados. Por isso, Nosso Autor, em nenhum momento, deixa de lembrar a soberania que Deus tem sobre o mundo e o homem. Quando este último reconhece e passa a viver sob o senhorio do seu Criador, as iniciativas humanas, dentre elas, aquelas decorrentes do poder, atingirão seu fim na cidade terrestre e contribuirão para a felicidade dos cidadãos, aqui e agora, corroborando também à consumação na cidade celeste.

Luis Vela⁶ afirma que o Gênio de Hipona sustentava que não se vivia bem nem se desfrutava da paz na Roma Antiga e nas províncias, porque a arte de governar não estava pautada nos valores evangélicos. De fato, na opinião do Ilustre Africano, só haverá paz e convivência justa nas organizações sociais, quando Cristo for o alicerce e o centro destas, inspirando e, ao mesmo tempo, dirigindo as ações humanas. Onde a ânsia do poder está acima de tudo, inclusive daquele que detém o poder temporal, o soberano, o fim será, certamente, a ruína total.

“Se, por conseguinte, se rende culto ao Deus verdadeiro, servindo com sacrifícios sinceros e bons costumes, é útil que os bons reinem por muito tempo e onde quer que seja. E não o é tanto para os governantes, como para os governados. Quanto a eles, a piedade e a bondade, grandes dons de Deus, lhes bastam para a felicidade verdadeira, que, se merecida, permite a gente viver bem nesta vida e conseguir depois vida eterna”⁷.

Não havia tranquilidade e segurança na Roma antiga, porque, em nome do desejo de poder, os objetivos particulares dos dirigentes políticos tinham prevaleciam sempre sobre os objetivos comuns, ocasionando as injustiças sociais,

5.Cf. CANNING, Raymond. El Vocabulário De San Agustín Sobre El Bien Comum. In: AUGUSTINUS, n.172-175, Ener/dic.1999, p.77.

6.Cf.VELA, Luis. San Agustín Politico. In: ESTUDIOS ECLESIASTICOS, n.191, Oct./dic. 1974, p.488.

7. De Civ. Dei, IV,3.

violência e revoltas populares. A esse respeito, convém citar as próprias palavras do Santo Hiponense:

“Desterrada a justiça, que é todo reino senão grande pirataria? E a pirataria que é senão pequeno reino? Também é punhado de homens, rege-se pelo poderio de príncipes, liga-se por meio de pacto de sociedade... Se esse mal cresce, porque se lhe acrescentam homens perdidos, que se assenhoreiam de lugares, estabelecem esconderijos, ocupam cidades, subjagam povos, toma o nome mais autêntico de reino. Esse nome dá-lhe abertamente não perdida cobiça, mas a impunidade acrescentada”.⁸

Diante da desventura do poder apregoada e vivida pelo Império Romano, o Pastor de Hipona reconhece que o exercício do poder temporal só encontrará a sua verdadeira realização, quando os governantes e súditos se deixar conduzir pela bondade divina. Para ele, esse é o caminho para se tornarem participantes e irradiadores da bondade de Deus, procurando a paz temporal ou a felicidade, vivendo em comunhão com o bem supremo, que é Deus, porque, somente neste, gozarão a verdadeira paz.

Segundo Santo Agostinho, os romanos não possuíam a verdadeira sabedoria, nem seus governantes, por isso a sede de poder e de domínio desviou-os do bem por excelência.

“A piedade, pois, a saber, o culto do verdadeiro Deus, é útil para tudo: ela de fato nos ajuda a afastar ou avaliar as moléstias desta vida e nos conduz àquela vida de salvação em que não devemos sofrer mais nenhum mal, mas somente gozar do Sumo e Eterno Bem”.⁹

O exercício do poder, no pensamento agostiniano, estará sempre ameaçado, se não for sustentado pelos princípios divinos. Os que foram chamados para governar devem fazê-lo com a mente e o coração voltados para a eternidade, pois, no dizer de Agostinho, eles foram criados e constituídos por Deus¹⁰. E, contudo, podem voltar-se contra Deus, o Bem Supremo, quando se deixam vencer pelas

8. Ibidem

9. Epist, 104, 10. In. Lettere, Vol. XXI/2, Roma, Città Nuova, 1969-1992. “Sinceriterque mihi rescriberes quod cum te ad exsuperantissimi Dei cultum religionem que compellerem, libenter audieris, non solum haec eis optares, sed eis ad haec ipse praeires. Sic omne apud nos tuae petitionis ne gotium cum magno et sano Gaudio finiretur. Sic illam coelestem patriam, quam cum intuendam esse suaderem, libens te accepisse dixisti, ex huius etiam, quae te carnaliter genuit, vera et pia dilectione promereris; vere consulenes tuis non ad vanitatem laetitiae temporalis Nec ad impunitatem perniciosissimam sceleris, sed ad gratiam sempiternae felicitatis”

10. Cf. De Civ. Dei, V, I.

paixões desordenadas, quando passam a buscar a sua própria glória e não a do Criador. Aqui, está, precisamente, a origem do desvirtuamento da função política e, por conseguinte, da arte de governar, ocasionando a idolatria do poder, a sede de dominar e massacrar seus semelhantes, o perigo de governar a sociedade não buscando o bem-comum dos cidadãos, mas o proveito pessoal. Quando Agostinho dissertou sobre esses assuntos, ele tinha diante dos olhos, em primeiro lugar, o Império Romano, que caíra, devido ao obscurecimento do coração, à corrupção dos costumes e ao culto aos deuses pagãos, como será descrito nos tópicos posteriores.

O Bispo de Hipona afirma que não havia concórdia em Roma e nos seus arredores, porque não existia uma reta ordem de governo na administração das províncias dominadas pelo Império Romano. A maioria dos cidadãos não se sentia amparada pelas leis e decretos, pois também, na opinião de Hamman¹¹, estes acarretavam benefícios apenas para os ricos. As leis, que garantiam uma vida social justa, eram escassas ou, quando existiam, não eram postas em prática. Os cidadãos devem se sentir amparados pelas leis e por sistemas de governo que garantam uma vida social digna, com melhores condições de crescimento humano e espiritual, que visem o pleno desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano. Para que isso aconteça, é necessário que Deus esteja no centro de qualquer empreendimento e, no caso específico, na base dos interesses políticos, a fim de que o desejo exacerbado de poder e domínio, sejam superados como indica Santo Agostinho:

“Escolhe desde já o teu caminho, a fim de poderes ter glória verdadeira, não em ti, mas em Deus (...) Nós te convidamos, nós te exortamos a vir a esta pátria, para que constes no número de seus cidadãos, cujo asilo é, de certo modo, a verdadeira remissão dos pecados. Não prestes ouvidos as que degeneram de ti... é que nos tempos não buscam o repouso da vida, mas a segurança do vício (...) Volve-te, agora, para a pátria celeste. Por ela trabalharás pouco e nela terás eterno e verdadeiro reino. Não encontrarás o fogo de Vesta nem a pedra do Capitólio, mas Deus uno e verdadeiro que não te porás limites ao poder nem duração a império (...) Nela a vitória é a verdade, a honra é a santidade, a paz, a felicidade e a vida é a eternidade (...) Evita, por conseguinte, comunhão com os demônios, se queres chegar à cidade bem-aventurada”.¹²

11. Cf. HAMMAN, A. Santo Agostinho e seu tempo, São Paulo, Paulinas, 1989, p.98.

12. De Civ. Dei, II,29.

1.2

O espírito bélico do exército romano

O desejo de possuir sem medida fez do exército romano uma corporação disposta a enfrentar qualquer guerra, desde que esta lhe trouxesse vantagens econômicas e políticas. Porém, as diversas guerras que os romanos provocaram, nem sempre trouxeram benefícios ao Império. A prova desta realidade foi o próprio declínio de Roma¹³. Embora as espoliações e invasões fossem constantes, também traziam conseqüências desastrosas pelas perdas econômicas e pela diminuição da população. Importa citar a descrição que o Gênio de Hipona faz do comportamento bélico romano:

“Depois, os senadores começaram a submeter o povo ao jugo da escravidão, a dispor, à moda dos reis, da posse e da vida, a proibir-lhe a entrada no campo e a governar sozinho o Império, sem para nada contar com os demais. Oprimido por semelhantes sevícias, e de modo especial pela usura, suportando entre guerras contínuas, tributos e, ao mesmo tempo, encargos militares, o povo instala-se nos montes Sagrados e Aventio consegue que lhe dêem tributos da plebe e outras garantias legais. A segunda guerra púnica pôs fim às discórdias e pendências entre ambas as partes”¹⁴.

A causa de todas estas conseqüências é a idolatria do poder que impulsionava o exército romano às guerras inúteis que foram, mais tarde, responsáveis pelo enfraquecimento paulatino da mesma República¹⁵.

Foi esse desejo de domínio desenfreado que alimentou, no Império Romano, a cobiça de estender seus domínios a todo o mundo então conhecido¹⁶, aumentando a glória humana. O Ilustre Africano Santo diz que o espírito bélico dos romanos teve como conseqüência a insegurança e a agitação no Império, pois era sempre iminente o perigo de invasão por parte dos inimigos, que Roma foi adquirindo, devido às suas conquistas. Comenta Santo Agostinho:

“Devia nadar na agitação o Império, para ser grande? Quanto aos corpos humanos, não é melhor, porventura, ter estatura mediana e saúde, que talha de gigante e

13. Cf. IBEAS, Bruno. Problemática Social Agustiniiana de la guerra y de la paz. In: REVISTA INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA, n.4, Oct/dic,1943, p. 29.

14. De Civ. Dei, III,17

15. Cf. BUTTI, Camillo, op. cit., p.55

16. Cf. De Civ. Dei, III,10.

perpétuas dores, e, havendo-a alcançado, não sossegar mas viver em meio de sofrimentos tanto maiores quanto maiores os membros?”¹⁷.

Como afirma Mário Giordani,¹⁸ para alargar suas fronteiras, o Império Romano serviu-se, exclusivamente, de suas armas: o famoso *divide et impera* e a força das armas. Esta última foi a principal motivadora de todas as guerras que os romanos causaram. Quer se tratasse de guerras civis ou externas, o objetivo era sempre o mesmo, denunciado por Santo Agostinho: o amor excessivo ao ouro e à vontade de reinar. Movidos por estes desejos, o exército dos romanos não poupava crianças, nem velhos, obrigando-os a trabalhar para suas corporações de agricultura ou do exército.

“Depois, os patrícios se empenharam em tratar o povo como escravo, dispor da vida e pessoa do plebeu, à maneira dos reis, removê-lo do campo e governar sozinho, sem para nada contar com os demais. Oprimindo por semelhantes sevícias e, em geral, pela usura, tolerando, entre guerras contínuas, não apenas tributos escorchantes, mas também o serviço militar”¹⁹.

1.3

A exploração das províncias

Com as constantes guerras e invasões, o Império Romano foi anexando extensas porções de terras, inclusive cidades que se tornaram suas províncias. A riqueza era a terra. A nobreza, nestas províncias, era, antes de tudo, rural, pois era a proprietária de grandes glebas rurais, inclusive na África, ambiente familiar de nosso autor. Nos séculos IV e V, os proprietários dos grandes latifúndios da África eram todos antigos funcionários do Estado que, como afirma Hamman, utilizaram seus períodos administrativos como procônsules legados, para adquirir imensas propriedades²⁰.

As injustiças sociais eram gritantes e os colonos não dispunham de nenhum sistema de proteção contra as arbitrariedades dos poderosos proprietários de terras, que, através de seus procuradores, lhes impunham fardos pesadíssimos. Assim, pode-se afirmar que as províncias viviam em função dos altos funcionários

17. Ibidem

18. Cf. GIORDANI, Mário Curtis. História de Roma, 10ed., Petrópolis, Vozes, 1990, p.46.

19. De Civ. Dei, II,18.1

20. Cf. HAMMAN, A., op. cit.,p.97

do Império, sendo estes os responsáveis pelo aumento exorbitante da pobreza e da miséria da população africana. Cartago, tendo sido romanizada pelas conquistas militares na fase áurea de Roma, era uma província que se parecia na arquitetura e no estilo de vida, aos dos romanos. Privilegiada pelos teatros, circos, banhos e organização econômico-social razoável, Cartago tornou-se, até mesmo, refúgio de romanos desertados²¹. Até a divisão geográfica de Cartago estava baseada na organização e estruturas romanas, distribuindo-se em províncias dirigidas pelos procuradores e cônsules. A língua latina predominava em quase todos os ambientes da sociedade cartaginesa, exceto nas camadas rurais, onde se falava o púnico, língua nata, que foi praticamente eliminada pelos romanos com a imposição da latina. Porém, essa dominação sobre Cartago, assim como nas demais províncias, não era assumida passivamente. De fato, os invasores não conseguiram impor seu domínio em todo o norte da África. Neste período, registram-se várias revoltas provocadas por alguns grupos sociais que não se conformavam com a ocupação romana.

A situação dos escravos, nas províncias romanas, era deplorável, esses formavam uma categoria muito explorada, considerada excluída. Contudo, eram fortes e se organizavam com a intenção de adquirirem a liberdade. Sobre eles, Agostinho dirá, mais tarde, em seus sermões: “Como as terras dos pequenos são roubadas pelos grandes, até com meios legais”²².

De fato, dada a situação, muitos deles abandonavam as zonas rurais e iam em busca de melhores condições de vida nas cidades. Lá, juntavam-se aos estrangeiros fugitivos ou migrantes que não tinham direito algum, só deveres; deviam trabalhar e acabavam esmagados por várias formas de injustiças e opressão por parte dos grandes poderosos, não dispondo sequer de uma moradia decente²³.

Nas províncias, os pescadores e caçadores, categorias que viviam exclusivamente do produto de seus trabalhos, eram explorados pelos mercadores

21. Ibidem, p.273: “A chegada dos refugiados que fugiam de Roma e da Itália para procurar segurança além-mar, em Cartago e nas cidades portuárias (...). Em lugar de informações desencontradas, eles viam desembarcar homens e mulheres que traziam na fisionomia os reflexos do desastre. Eram patricios e patricias, famílias senatoriais – os únicos que podiam fugir -, “nobres cheios de bens, mas reduzidos mendicância”.

22. Serm.347. In. Discorsi, Vol. XXXIV, Roma, Città Nuova, 1989.

23. Cf. HAMMAN, A., op. cit., p.94

que tinham certa influência na sociedade, conseguindo a aprovação de leis que os beneficiavam em detrimento daqueles. Estes eram obrigados a vender seus produtos por preços baixos, enquanto os mercadores praticavam a usura, corrompendo o sistema fiscal para não serem punidos. Santo Agostinho se refere a eles, quando denuncia, dizendo: “O copo não os satisfaz, querem beber o rio”²⁴.

A autoridade concentrada, em princípio, nas mãos do Imperador, era descentralizada pelos procuradores, que exerciam poderes absolutos nas províncias dominadas pelo Império. Isso gerava grandes injustiças na administração pública, pois a idolatria do poder, aliada à famigerada ganância de possuir títulos nobres, impedia o exercício justo das funções destes procuradores, como menciona o próprio Agostinho: “Quem menospreza a glória e se mostra ávido de domínio se avantajam aos animais pelos vícios da crueldade ou da luxúria. Assim, foram alguns romanos. Perdida a preocupação com a glória, não se viram privados do desejo de dominar”²⁵.

1.4

As causas da derrocada do Império Romano

Para Santo Agostinho, a causa principal da derrocada do Império Romano foi a soberba, comparando a ruína de Roma com a da torre de Babel²⁶.

Ele comparava a história do Império com a daqueles homens que, conforme o livro do Gênesis apresenta, eram cheios de prepotência, ao querer construir uma torre grandiosa que chegasse a alcançar o cume dos céus, sem o auxílio divino²⁷. A imagem da torre pode servir de exemplo para o Império Romano e qualquer empreendimento que uma criatura faça, descartando o seu Criador. Roma tivera seu auge, mas fora destruída, porque, desde o início, estava edificada sobre o próprio orgulho.

A derrocada de Roma veio a lançar por terra uma cidade que parecia, aos olhos do mundo, uma antiga fortaleza, estável para sempre. É dentro deste contexto, que se pode afirmar: “Tal origem, tal declínio”. Na opinião do estudioso

24. Serm 50,6: “Poculum respuunt, quia fluvium sitiunt...”

25. De Civ. Dei, V,19

26. Cf. Ibidem

27. Cf. Gen. 11,1-9

Virgílio Giorgianni, o Império Romano fora construído sobre a areia ou com o barro de sua própria inépcia²⁸. Não tinha condições de subsistir. Estava destinado, desde o início, ao fracasso. Para Santo Agostinho, isso aconteceu, porque os romanos desprezavam Aquele que, verdadeiramente, lhes podia dar sustentação: Cristo, o Filho de Deus feito homem, para redimir a humanidade, curando-a de suas fraquezas²⁹. A derrocada do Império Romano constitui, para o Santo, ocasião de reafirmar o insubstituível valor da fé, porque tudo que nasce nesta terra, sem o Sumo Bem como alicerce, está condenado à destruição. Para o Santo Pastor, o homem não pode construir a sua existência sem o *amor Dei*,³⁰ pois, deste modo, colocará em risco seu desejo de paz e felicidade. Para Agostinho, o caminho da verdadeira concórdia individual e social passa, necessariamente, pela experiência do amor, na doação. Isso é, justamente, o contrário daquilo que o Império Romano vivia.

Ao traçar o quadro do mundo antigo, no décimo oitavo livro da *Cidade de Deus*, Santo Agostinho levanta o problema político do Império Romano e Assírio-babilônico. Ambos são símbolos de sociedades fracassadas, que, mesmo obtendo, no início, um aparente progresso social, terminaram por naufragar, pois tinham seus alicerces sobre a areia do orgulho humano. A tirania e a injustiça passaram a ser praticadas nestes impérios. A razão, que ocasionou tudo isso foi, na opinião de Nosso Autor, a falta de submissão, por parte dos imperadores e de seus súditos, ao Deus verdadeiro³¹. No tempo do Bispo de Hipona, o Império Romano vivia, exageradamente, o *amor concupiscentiae*,³² a sua preocupação fundamental era acumular mais territórios e glórias humanas. A sorte e a vida difícil, que a maioria da população passava, não interessava aos governantes. E isso foi crescendo pelo apego ao lucro e ao poder, responsável pelo processo de derrocada do império. Essa triste situação se constata nas seguintes palavras do Santo Pastor:

28.Cf. GIORGIANNI, Virgílio. Il Concetto del Diritto dello Stato in S. Agostino, Padova, Dott. Antonio Milani, 1951, p. 117

29.Cf. De Civ. Dei, X,22

30.Cf. NEDEL, José. O Homem e a História na Cidade de Deus. In: CULTURA E FÉ, V.74, Jul/Set, 1996, pp. 34-35

31.Cf. GIORGIANNI, Virgílio., op.cit., p. 116

32. Amor concupiscente ou amor desordenado que, para Agostinho, se manifesta através do apego excessivo aos bens materiais (mutáveis) até o desprezo de Deus, único Bem Imutável

“A infalível paixão, acaso podia esta repousar nesses corações soberbos, antes de chegar, através de honrarias contínuas, ao poder real? E teria sido possível a continuidade de honrarias, se deixasse de prevalecer a ambição? Ora, a ambição apenas podia prevalecer em povo corrompido pela avareza e pela libertinagem, filhas da prosperidade de que a prudência de Nasica pretendia salvar Roma, conservando-lhe a temível e poderosa rival. Queria que o medo reprimisse a libido, o mesmo freio que contivesse a luxúria fosse o da avareza, enfim, que a repressão do vício deixasse florir e desenvolver-se a virtude necessária à repudia e a liberdade necessária à virtude”³³.

Depois de tantos séculos de guerras e destruições, com as finanças falidas por investimentos em armas e exército, escassez de pessoal e constantes tentativas de invasão dos bárbaros, o Império do Ocidente entra em agonia³⁴. Alarico, rei dos visigodos, invadiu Roma em 24 de agosto de 410 d.C. Foi o fim do Império Romano. Depois de três dias e três noites, a cidade ficara completamente destruída³⁵. Chegara, assim, ao fim, aquela que fora a glória do mundo e o orgulho dos césores.

1.5

A religiosidade da Roma antiga

1.5.1

Costumes

Mário Giordani³⁶, ao descrever as crenças e os costumes dos antigos romanos, explicita como o aspecto religioso estava arraigado na Roma antiga. A religião, no seio da família, ocupava um lugar de destaque³⁷. O espírito religioso estava tão presente que, segundo os costumes religiosos daquela época, cada família tinha que cultivar oferendas e tributos a uma divindade, em troca da proteção da casa e das terras. Para isso, os romanos faziam várias ofertas como: flores, frutas, incenso e vinho. E isso era realizado mediante a formulação de preces para conseguirem saúde, riqueza e felicidade. Eram tantos os deuses

33. De Civ. Dei, I,31.

34. Cf. GIORDANI, Mário Curtis, op. cit., p.85.

35. Cf. Retrac., II,43.1. In: Le Ritrattazioni, V. II, Roma, Città Nuova, 1994

36. Cf. GIORDANI, Mário Curtis. op. cit., p.293.

37. Havia um altar em que se encontrava o fogo sagrado, que era a divindade central da religião doméstica. Cabia ao pai de família conservar, dia e noite, a chama desse fogo que tinha para eles, algo divino

domésticos que se convencionou chamá-los de *Penates*, expressão que designava todos os deuses que recebiam oferendas e preces no seio das famílias romanas.

Outra característica da cultura religiosa era a crença na sobrevivência da alma. Era baseado neste princípio que os romanos incineravam os cadáveres, preservavam ao máximo a inviolabilidade das sepulturas, perpetuavam as cerimônias fúnebres em datas determinadas, além das oferendas de comidas, flores, libações de vinho e leite. Essas práticas deveriam ser realizadas, pois, do contrário, os mortos não deixariam os vivos em paz.

Segundo o estudioso Alberto Angela³⁸, devido à diversidade de crenças romanas, não é fácil traçar um quadro exato da religião desta época. Contudo, é certo que, para cada situação da vida, os romanos dispunham de uma determinada divindade: *de celestes*, *de terrestres*, *de embernes*. Assim, os celestes regiam os assuntos dos “ares” do alto. Os terrestres regiam e se ocupavam dos negócios da terra. Os deuses infernais labutavam em prol daqueles que estão em baixo da superfície.

O culto, que era prestado a esses deuses, era regido por uma espécie de contrato. À divindade, agradavam determinados ritos, aos homens, faltava o auxílio, a proteção e socorro. Estava também presente, neste culto, um referencial jurídico, ou seja, a oferenda devia ser aceita pela divindade, não por força da palavra (prece), mas porque era justa. Outra maneira de cultuar a divindade eram os jogos, sobre os quais, Santo Agostinho expõe, na *Cidade de Deus*, que incentivavam outros vícios na população de Roma:

“Por conseguinte, os romanos jamais poderiam obter, nem esperar, para regular-lhes ou corrigir-lhes os costumes, lei alguma desses deuses que a lei romana humilha e confunde. Os deuses reclamam jogos cênicos em sua honra, a lei proíbe que gente de teatro ascenda às dignidades; os deuses exigem que as ficções poéticas lhes proclamem as infâmias, a lei proíbe que a imprudência dos poetas difame os homens”³⁹.

38. Cf. ANGELA, Alberto. *Una Giornata Nell'antica Roma*, Roma, Mondadori, 2007, p.105

39. De Civ. Dei, II,14.

1.5.2

A religião na mentalidade dos pagãos

Nos meios rurais, havia uma crença maior nas divindades. Os camponeses colocavam suas casas, propriedades e rendimentos agrícolas sob a proteção dos deuses, pois as manifestações de religiosidade oficiais eram desagregadas devido às constantes lutas pelo poder e as consequentes guerras. Com certeza, pode-se afirmar que, sob o império de Augusto, a religião viveu o seu auge, pois o imperador, além de patrocinar a construção e restauração de templos antigos e de atribuir a si mesmo o título de *Pontifex Maximus*⁴⁰, incentivava os poetas a buscarem, na religião, uma fonte de inspiração para seus trabalhos. Foi durante a gestão de Augusto que o templo, Panteão, se tornou nacional. O intuito do imperador era, através da religião, implantar a moralidade pública, a paz e a consolidação da autoridade do Império.

O imperador Augusto influenciou a religiosidade dos romanos através do culto familiar e pessoal às três divindades: *Venus Genetrix*, *Marte* e *Apolo*. Esse culto ocasionou a divinização da própria pessoa do imperador que, de início, não contou com a adesão das populações do campo. No entanto, aos poucos, foram se habituando. A divinização do imperador trouxe o surgimento de um denominador comum a todos os habitantes do vasto Império, que era muito diversificado racial, lingüística e espiritualmente.

Os ritos religiosos dos romanos tiveram seus desdobramentos numa acentuada tendência de cultuar religiões orientais. Estas, por sua vez, continham vários elementos do estoicismo e do neopitagorismo⁴¹. Vejamos o que descreve Mário Giordani acerca do culto destas religiões que encontraram, em Roma, lugar propício para seu reflorescimento:

40. Cf. JEDIN, Hubert. *Manual de Historia de la Iglesia*, Barcelona, Herder, 1966, p.152.

41. Duas correntes filosóficas que tiveram muita influência no Império Romano: O estoicismo fundado por Zenão de Citio (334-262 a.C.) que acreditava na existência de um princípio racional: 'o logos', responsável pela beleza e a ordem do cosmo. Daí o homem deveria viver segundo a razão, que é a porção do logos divino inata ao ser e que estimula a comunhão com todo o universo. Já o neopitagorismo defendia que a atividade filosofica necessitava da iluminação dos deuses, ou seja da revelação divina. Para isso, segundo eles era preciso que a alma se desprender-se do corpo. Daí que Pitágoras era considerado um homem extraordinário porque recebia diretamente dos deuses luz e sabedoria.

“Essas religiões exóticas tinham, entre si, um certo número de pontos comuns, que as distinguiam dos cultos oficiais, gregos e romanos, e asseguravam seu sucesso: a maior parte reservava, à idéias e aos ritos de expiação e de purificação, sua importância para a vida futura, um sentimentalismo místico desconhecido dos romanos, a freqüente preponderância do elemento feminino no número dos adeptos, a constituição de uma casta sacerdotal, dedicada exclusivamente ao serviço do deus e servindo de intermediária entre o mesmo e seus adoradores”⁴².

O Gênio de Hipona, ao refletir sobre as crenças dos romanos, detecta, contudo, que o culto que os romanos prestavam aos seus diversos deuses não foi capaz de instigar-lhes a prática das virtudes. A religião praticada condicionava a situação de miséria moral dos habitantes de Roma; procuravam, nos deuses falsos, a razão e a motivação para todas as aberrações morais. Aboliram, completamente, a moral da vida pessoal e social. O que interessava passou a ser, exclusivamente, gozar a vida, ou seja, viver somente para a terra. Santo Agostinho chega a dizer que, se os romanos tivessem abandonado o culto aos deuses pagãos, com certeza, o Império não teria ruído⁴³.

Para o Santo da África, a paz encontra na religião a sua âncora⁴⁴. Daí, ele questionou como o culto aos deuses da Roma antiga não motivava o Império a procurar a paz, mas, ao contrário, ele vivia sob o prisma perene da guerra e das desavenças políticas, sem falar na ganância e no desatino moral da sociedade romana. Esta foi, aos poucos, diluindo as suas forças morais e econômicas. O Pastor Hiponense interroga várias vezes, na *Cidade de Deus*, a veracidade dos deuses romanos. Segundo ele, a moral é o fundamento da religião⁴⁵. Como então os deuses adorados pelos romanos deixaram a moral ser eliminada das suas relações?⁴⁶. Para o Santo, a instabilidade política e a falta de segurança, provocadas pelas guerras insanas, eram a prova da falsidade dos deuses romanos e orientais, cultuados pelo Império. Se fossem verdadeiros, deveriam ter contribuído para a permanência da moral no Império e, por conseguinte, da sua conservação. Ao contrário, eles incitavam ainda mais a degradação moral, pelas suas práticas abomináveis, e justificavam todos os crimes cometidos pelos imperadores e pelo povo, sob a pretensão de serem agradáveis aos mesmos deuses. Os romanos, por

42. GIORDANO, Mário Curtis, op. cit., p.34.

43. Cf. De Civ. Dei, I,36.

44. Cf. BREZZI, Paolo. La Pace nel pensiero di S. Agostino. In: TABOR, n.5, Nov.,1951, p.429

45. Cf. De Civ Dei, II,14.

46. Ibidem., II,16.

sua vez, se deleitavam no culto às divindades que davam respaldo às suas perversões morais⁴⁷.

1.5.3 A novidade do cristianismo

Embora a mãe de Agostinho, Santa Mônica, fosse profundamente cristã, seu filho não pode receber, desde seu nascimento, a graça do santo batismo. Como se sabe, esse dia só raiou muitos anos depois, já na idade adulta. O Hiponense participou, durante uma fase significativa de sua vida, do mundo pagão, repleto de orgias, prazeres mundanos e depravações de toda sorte. Enquanto alguns seguimentos religiosos apregoavam a imortalidade da alma ou a continuação da vida após a morte, o paganismo alimentava a esperança apenas na matéria, que devia ser aproveitada ao extremo. Já que esta vida terrena é passageira, o que interessa é o “aqui e o agora”⁴⁸.

Movido por esta mentalidade, *Aurélius Augustinus* mergulha, profundamente, no mundo dos vícios e mazelas humanas. Segundo o estilo de vida dos pagãos, a existência humana deve ser usufruída ao máximo, como afirma o próprio Agostinho em sua obra:

“Que haja muitas mulheres públicas, tanto para quem quiser usufruí-las, como, de maneira especial, para aqueles que não podem manter concubina. Que se edifiquem amplos e suntuosos palácios, que se realizem, com frequência banquetes e, onde a cada qual pareça melhor, ou seja, mais conveniente, se jogue, se beba, se coma, se gaste. Que reine, em toda parte, o estrépito de bailes. Que os teatros desabem com clamores de luxuriante alegria e de toda espécie de prazeres bestiais e torpes”⁴⁹.

Através desta citação, percebem-se os movimentos da luxúria que norteava o agir dos pagãos, misturado ao desleixo total pelos deveres. Tudo girava em torno à satisfação imediata e pessoal, que estava acima de tudo. Os deuses eram considerados, pelos pagãos, como tutores desse comportamento, daí, muitas vezes, o culto prestado às divindades era acompanhado de súplicas e oferendas

47. Ibidem., II,17.2.

48.Cf. PEGUEROLES, Juan. La Busqueda de la Verdad. In: ESPIRITU, n. 27, Ener/Jun, 1962, p.69.

49. De Civ. Dei, II,20.

pelas vantagens materiais alcançadas, e também por votos de “felicidade”, que eles experimentavam na realização dos bacanais.

Embora participasse deste contexto, Agostinho não se sentia plenamente realizado. Ele tinha um desejo mais forte de felicidade, ainda que era dominado pelas paixões, que só foram vencidas, quando ele abraçou o cristianismo. A paz, por excelência, era Cristo. Esse não se encontrava nos bailes e banquetes obscenos, mas nas Sagradas Escrituras e no íntimo daqueles que se deixavam conduzir pelo seu Espírito⁵⁰.

A mentalidade pagã, que enaltecia apenas o efêmero e o vulgar, impedia as pessoas de assumirem seu posto dentro da sociedade, pois proporcionava alienação e, ao mesmo tempo, corroía os alicerces da moral, acarretando atrofiamento de iniciativas nobres e humanas.

“Mas os espíritos de perversidade tiveram mais ascendência sobre vós, para seduzir-vos. Desse modo, não deixais que vos imputem o mal que fazeis e atribuíis ao cristianismo o mal que padeceis, pois na segurança não vedes a paz da república, mas a impunidade da desordem; a prosperidade depravou-vos e a adversidade encontra-vos incorrigíveis”⁵¹.

Como já foi mencionado anteriormente, Agostinho continuava inquieto, apesar da vida dissoluta que experimentava como pagão. Na verdade, poderíamos dizer que ele, na sua ânsia de felicidade, tornou-se um reflexo do mundo pagão à procura da verdadeira paz.

Assim, depois de um longo percurso, ele abraça o cristianismo⁵². Daí por diante, o Hiponense não teve dúvidas de que a religião cristã era a única capaz de salvar o homem de sua ignorância e erguer o Império Romano da miséria moral em que se encontrava⁵³. O grau de podridão era demasiado, somente um Deus Verdadeiro, feito homem, poderia ser o remédio para curar e restaurar a integridade humana perdida pelos vícios e prazeres ilícitos.

Na *Cidade de Deus*, obra de cunho apologético, como se verá mais adiante, Santo Agostinho defende que somente a *Vera Pietas* poderia suscitar, no povo romano, o desejo de viver em justiça e santidade. Para o Exímio Teólogo, essa

50. Cf. Conf., VIII, 12.29.

51. De Civ. Dei, I,33.

52. Cf. JANEZ BARRIO, Tarcisio. Conversion de San Agustín. In: AUGUSTINUS, n. 125-128, Ener./Dic., 1987, p.109.

53. Cf. De Civ. Dei, II,28.

piedade tem como objetivo principal, mover o ser humano ao Sumo Bem ou à felicidade, que é Deus. A prática da verdadeira religião, que, para ele é o cristianismo, consiste em amar, adorar e prestar culto ao Deus cristão. É, no exercício desta vivência religiosa, que o homem encontrará forças para não sucumbir aos prazeres efêmeros⁵⁴.

O Cristianismo não marginaliza o homem do convívio com o mundo, a sociedade, mas ilumina os batizados, conferindo-lhes discernimento para usufruir daquilo que é saudável e verdadeiro, sem renegar o princípio último de todas as coisas que é o Criador. Comenta Agostinho:

“Deve-se, portanto, exigir essa justiça que faz com que o único e supremo Deus, segundo sua graça, impere a obediente cidade que não sacrifique a ninguém, senão a Ele. Deste modo, em todos os homens, cidadãos de tal cidade e obedientes a Deus, a alma imperará fielmente, com ordem legítima, sobre todo o corpo e a razão sobre as paixões. Dessa maneira, como um só, viverão desta fé que age pela caridade, que leva o homem a amar a Deus como deve e ao próximo como a si mesmo”⁵⁵.

Nosso Autor tinha consciência de que o paganismo, do qual o Império Romano estava repleto, não era capaz de proporcionar a verdadeira paz e a tranquilidade social, apesar do clima de devaneios licenciosos que favorecia. Esse clima de desregramento moral alimentava tensões internas e conflitos externos pelos quais o povo romano passava, que, por conseguinte, contribuíam para o enfraquecimento econômico da população e das forças militares.

O cristianismo, segundo Nosso Autor, oferecia preceitos sólidos que podiam ajudar o povo romano a superar a crise moral, responsável por tantos malefícios acarretados à vida pessoal e pública dos romanos. Segundo Santo Agostinho, era necessária uma transformação integral, pois o cristianismo não menospreza o individual, nem a vida social. Ele coíbe os cristãos de uma vida dissoluta de prazeres, para que tenham garra e iniciativa na construção de um mundo, onde reine a justiça social, em outras palavras a honestidade⁵⁶. Por isso, a religião cristã representava, para o Sábio Pastor, a única esperança de mudança, o único caminho

54. Ibidem. IX,24.2.

55. Ibidem. XIX,23.5.

56. Ibidem II,26.1: “Tamanha è a força da bondade e da castidade, que todo ou quase todo ser humano se mostra sensível a semelhante louvor e jamais a torpeza o embota ao extremo de fazê-lo perder o senso da honestidade”.

que conduz à paz. Renegar Cristo, para Santo Agostinho, é a verdadeira derrota da vida humana⁵⁷. Contudo, não é totalmente desconhecido que a religião cristã encontrou, desde o início, algumas dificuldades no seu relacionar-se com os poderes constituídos⁵⁸. Os três primeiros séculos da Igreja foram, profundamente, marcados por disputas e mortes sangrentas. O Imperador não era aceito como um Deus pelos cristãos, eles o reverenciavam, porém adoravam somente a Deus. Por isso, enfrentaram durante vários séculos, incompreensões por parte do Império. Este alimentou, por causa disto, a idéia errônea de que os cristãos se recusavam a prestar culto ao Imperador porque eram contrários às leis do Estado⁵⁹. Essa mentalidade foi responsável pela morte de inúmeros cristãos.

O Exímio Teólogo critica a postura dos romanos que atribuíam à religião cristã os males que o Império padecia⁶⁰. Contudo, a doutrina de Cristo carrega, em si, a novidade de uma vida inserida no tempo, mas ancorada pela esperança, na eternidade. Se o Império Romano tivesse aceitado a nova doutrina e lhe dado crédito, teria passado por um processo de regeneração moral e de paz. E essa lhe teria poupado da humilhação e da destruição. Santo Agostinho, a esse respeito, afirma:

“Entretanto, não atribuem aos deuses o haver-se tornado, a república romana, antes do advento de Cristo, dissoluta e péssima por culpa do luxo, avareza e demais torpes e licenciosos costumes. Em troca, às costas da religião cristã põem, gritando, as recentes calamidades, justo salário do orgulho e da libertinagem. Se os reis da terra e os povos todos, os príncipes e todos os juízes da terra, moças e virgens, velhas e crianças, todos os de idade capaz, de ambos os sexos, publicanos e soldados, a quem João Batista se dirige, lhe ouvissem e ao mesmo tempo pusessem em prática os preceitos relativos aos costumes justos e santos, a república não apenas ornaria de felicidades os páramos da presente vida, mas ascenderia ao próprio cimo da vida eterna, para ali reinar em beatitude imorredoura”⁶¹.

Neste trecho, Santo Agostinho enfatiza não só a dimensão transcendente do cristianismo, mas também a sua aplicação na vida presente através do

57. Cf. Conf. VII, 20.

58. Cf. SOUZA, José Antônio C. R. O Reino e o Sacerdócio: o pensamento político na Idade Média, Porto Alegre, Edipucrs, 1995, p.9.

59. Cf. CINEIRA, David Alvarez. Pablo, El Antisistema. In: REVISTA DEL ESTUDIO TEOLOGICO AUGUSTINIANO DE VALLADOLID, fasc. 2, Mayo/Agosto, 2007, p. 303-304.

60. De Civ. Dei., II, 15.2: “Fazem nosso Cristo responsável pelos males transitórios, que não podem deitar a perder quem é bom, quer vivo, quer morto. Trata-se de verdadeiro contra senso, pois ninguém ignora que nosso Cristo é freqüente em preceitos em prol dos bons costumes e contra os maus...”

61. Ibidem. II, 19.

compromisso e do empenho dos batizados na promoção de melhores condições de vida. A moral, que está arraigada ao cristianismo, envolve a vida pessoal e comunitária do cristão. Diversamente do paganismo, o culto cristão move e impulsiona o batizado a pautar suas atitudes de acordo com a crença que professa. Há uma maravilhosa síntese entre doutrina e vida⁶². Para o cristianismo, essa coerência é fundamental. Outro aspecto é que, enquanto o paganismo não apresentava uma idéia clara sobre Deus, o cristianismo a propõe através do Verbo Encarnado, que revela Deus. A novidade do cristianismo é Cristo, que se fez homem para redimir os homens. Assim, Ele mostrou o mistério salvífico de Deus escondido desde toda a eternidade. Aquilo que Agostinho não encontrou no paganismo, nem na doutrina maniqueísta, Cristo o revelou através de sua vida e de sua pregação. Deus ama o homem e deseja viver com ele para sempre na pátria celeste. Há, porém, o pecado, que distancia a criatura de Deus, única verdade capaz de preencher todos os anseios humanos de felicidade. Para conhecer esta verdade, é necessária a graça de Cristo, que liberta o homem do orgulho e abre o seu coração ao amor de Deus.

O cristianismo se apresenta como uma religião de caráter monoteísta e universalista, enquanto o contexto religioso-cultural do Império vivia sob forte influência do politeísmo. Havia muitos cultos e deuses na Roma antiga. Para cada situação e necessidade, como já foi dito, havia um deus correspondente. A religião cristã, desde o seu surgimento, fez questão de se apresentar como única doutrina capaz de portar a salvação ao homem.

A religião cristã trouxe consigo uma nova relação entre os fiéis e o Estado romano. De fato, os adeptos do cristianismo nunca negaram o valor e a importância da autoridade do Imperador, porém, deixavam claro que só Deus deveria ser adorado. Essa postura chocou-se com a mentalidade reinante, que propunha o culto ao Imperador. Por se oporem a esta prática, os cristãos foram perseguidos e torturados⁶³. As novidades introduzidas pelo cristianismo representavam confronto com a mentalidade predominante, mas pela perseverança e cumprimento fiel dos deveres cívicos, que nem sempre se contrapunham aos

62. Cf. LORTZ, Joseph. *Historia de la Iglesia*, Madrid, Cristiandad, 1982, p. 51.

63. *Ibidem.*, p. 89.

preceitos do Evangelho, foi-se amenizando a situação dos cristãos frente à sociedade romana, e eles foram se impondo pela força do testemunho⁶⁴.

1.6 A Pax Romana

1.6.1 Contextualização

Para compreender o significado da pax romana, faz-se necessário uma breve explanação sobre a situação religiosa-político-moral em que se encontrava o Império Romano. Com o crescimento do panteísmo religioso, Roma e as suas províncias foram perdendo a sua unidade religiosa e, por conseguinte, a sua influência política⁶⁵. A diversidade de deuses e cultos introduzidos pelos povos subjugados ao poder do Império acarretou o desmoronamento do culto oficial que assegurava estabilidade política e governamental. O culto conduzido pelos sacerdotes, por ocasião das festas e dias pré-estabelecidos pelas leis religiosas, caiu em desprestígio e a função dos ministros do culto tornou-se sem sentido. Não obstante, a tentativa do Senado Romano para restabelecer certa unidade religiosa tornava a situação cada vez mais difícil. Para colaborar ainda mais, as constantes expedições militares introduziram o conhecimento de novos cultos, como foi o caso de *Mitra*⁶⁶. Também, através do contato com o Egito e a região da Capadócia, houve a penetração de algumas correntes de filosofia helenística⁶⁷.

No teatro e nos jogos, desencadeou-se uma série de representações que zombavam da multiplicação dos deuses e dos cultos, que não gozavam de nenhuma ascensão na vida pública⁶⁸. Outro fator preocupante era que, além das guerras externas, havia disputas internas entre os cidadãos, que acabavam repercutindo na vida política e econômica do Império.

64. Ibidem., p. 88.

65. Cf. JEDIN, Hubert. Manual de Historia de la Iglesia, Barcelona, Herder, 1966, p. 149.

66. Deusa de origem semita que, segundo os pagãos, regia o sistema solar, cuja sombra protegia os homens das catástrofes e incidentes atmosféricos.

67. Cf. De Civ. Dei. II,22.2.

68. Cf. JEDIN, Hubert., op. cit. p.151.

Com o intuito de pôr fim à decadência religiosa e moral do povo romano, o Imperador Augusto⁶⁹ determinou um só culto religioso como oficial. Assim, foram restaurados os antigos santuários, que haviam sido abandonados e se retomaram as funções sacerdotais que, antes, haviam sido abolidas. As famílias de estirpe sacerdotal reorganizaram as festas e os dias prescritos para o culto foram restabelecidos. O próprio Augusto assumiu o título de *Pontefix Maximus*⁷⁰. Na verdade, o Imperador implantara algo que já fazia parte da cultura oriental, que dizia que a base do poder estava na religião. De fato, em algumas cidades gregas da Ásia Menor, alguns soberanos recebiam o título de “Kyrios”⁷¹. Esta era uma espécie de agradecimento aos benefícios divinos. Para fortalecer seu projeto de unidade política e religiosa, Augusto implantou o culto ao Imperador, que passou a compartilhar a veneração e a honra divina devida à deusa Roma⁷². Em algumas províncias, foram erigidas estátuas e santuários em homenagem ao Imperador. Na cidade de Roma, a veneração a Augusto era mais discreta, pois cabia ao senado declarar, somente após a morte do soberano, se ele podia ser considerado como deus.

A iniciativa de unificar a religião ocasionou também a unidade política do Império, a qual recaiu sobre a pessoa do Imperador. Com isso, o prestígio e a reputação de Augusto cresceram, alcançando a “*pax*” por vários anos. Cada província tinha a sua autonomia, desde que reconhecesse o senhorio de Roma, que só interferia nas questões locais quando as circunstâncias assim o exigissem⁷³. Por exemplo: se os povos submetidos ao poder romano não pagassem os impostos e as taxas; ou se houvesse revoltas de insubordinação e conspiração, o Imperador utilizava-se de seu poder para eliminar qualquer desordem. Com esse governo, findaram-se as guerras e a economia passou a florescer em todo o Império Romano⁷⁴. As guerras internas quase que desapareceram devido ao respeito do Império pelo código interno de moralidade de cada povo conquistado. O domínio

69. Ibidem. p. 51

70. Sacerdote principal que tinha a função de organizar o calendário religioso e presidir aos cultos oficiais.

71. Expressão de origem grega que significa “Salvador”, “Soberano Senhor”, a quem se deve adorar.

72. Cf. CINEIRA, David Alvarez. Pablo, el Antisistema. In: REVISTA DEL ESTUDIO TEOLOGICO AGUSTINIANO DE VALLADOLID, fasc. 2, Mayo/Agosto, 2007, p.303.

73. Cf. CINEIRA, David Alvarez. Pablo, el Antisistema. In: REVISTA DEL ESTUDIO TEOLOGICO AGUSTINIANO DE VALLADOLID, fasc. 2, Mayo/Agosto, 2007, p.303.

74. De Civ. Dei. III,21.

romano não sufocou totalmente a liberdade dos cidadãos. Existia uma atmosfera que favorecia a autonomia das leis locais, desde que essas não motivassem a rejeição ao projeto civilizador de Roma. Essa postura ocasionou estabilidade e segurança nas relações entre Dominador e dominado. Igualmente significativa, era a presença constante dos administradores romanos, que espalhados por toda a extensão do Império, traziam em si a presença do próprio Imperador. Além disso, suscitavam e garantiam a ordem, velavam para que qualquer tentativa de insubordinação ao Imperador fosse eliminada. Na verdade, a *pax romana* em certo sentido era apenas aparente, pois era imposta pela força do poder imperial. De fato, através de seus procuradores, o Império mantinha uma rede de controle das províncias reprimindo qualquer manifestação popular que fosse contra a vontade do Imperador Romano⁷⁵.

Antes de Augusto implantar a *pax romana*, os povos, as línguas e os costumes que haviam sido anexados ao Império estavam dispersos. Esta situação do estado favorecia as tensões e a criação de focos de revoltas e ameaças ao poder imperial. Tornou-se necessário, para além de romanizar, estabelecer e manter condições de segurança e paz. Para isso, o Império serviu-se do seu exército, cada vez mais profissional e formado a partir de recrutamentos por todo o território, regido por códigos e normas extremamente rígidas e dotados de organização, armamentos, disciplina e táticas nunca vistos, resultado das influências dos povos submetidos, como os macedônios, cartagineses e gregos.

A instituição militar era orientada para a defesa fronteiriça contra as incursões e pilhagens dos bárbaros, e para a fortificação de pontos estratégicos, áreas expostas ao ataque dos adversários, além de transmitir elementos da cultura, religião e língua romana às regiões, onde se fixavam, as guarnições militares proporcionavam a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento da economia local, pois as novas estradas abertas pelas expedições militares facilitavam as relações comerciais entre as cidades. O poder militar era o único instrumento e via de articulação entre Roma e todas as regiões do vasto Império.

Após a morte de Augusto, seus sucessores intensificaram o culto ao Imperador, com o objetivo de fortalecer, ainda mais, o poder e a soberania de

75.Cf.PERETTO, Elio. La Pace di Cristo e la Pace d'Augusto loro differenti radici. In: Atti del Simposio fra università ecclesiastiche e gli istituti di studi superiori di Roma, Roma, Herder,1986, p. 322

Roma. Apesar das suas contradições,⁷⁶ a *pax romana* atraiu a simpatia de muitos, que passaram a proclamá-la como período de ouro do Império⁷⁷. Em homenagem ao Imperador Augusto, principal responsável por esse desenlace político, a *pax romana* também recebe o nome de *pax augusta*. De fato, Augusto, ainda em vida, já gozava da fama e da glória de um deus⁷⁸.

1.6.2 As condições

A *pax romana* foi um período marcado por prosperidade de cunho material, pois, através das guarnições militares, colocadas nos pontos, onde a autoridade imperial estava sujeita à contestação, contribuíram para o desenvolvimento de técnicas agrícolas. Assim, as províncias cresceram em civilização e cultura⁷⁹. Surgiram novas estradas e inúmeras construções de estilo romano foram erguidas nestas regiões.

A estabilidade do poder imperial reforçou a segurança pessoal e comunitária dos cidadãos, já que, anteriormente, esta segurança não existia, por causa das constantes guerras e lutas promovidas por grupos, que apregoavam a insubordinação ao poder imperial, e também da iminente ameaça das invasões bárbaras. A *pax romana* dependia do poderio das armas. A tranquilidade da sociedade era mantida pelo terror e o medo que as milícias romanas ostentavam. Isso não quer dizer ausência total de guerras, mas certa harmonia na administração, pois o Império Romano, em toda a sua extensão, fazia prevalecer a autoridade do Imperador, por meio de seus representantes. Havia uma eficaz articulação do poder, que provinha do poder central e a ele retornava através daqueles que executavam as ordens vindas de Roma sem nenhuma restrição. Por outro lado, aqueles que detinham o poder nas províncias estimulavam e apoiavam a implantação de medidas político-administrativas que favoreciam o progresso da população dominada. Cabia ao Império, a implantação das leis tributárias, às

76. Para que reinasse a *pax romana* foi suprimida toda diversidade política e cultural. O Imperador era o único que detinha, em suas mãos, o poder.

77. Cf. PERETTO, Elio., op. cit., p.320

78. Cf. WENGST, Klaus. *Pax Romana*, São Paulo, Paulinas, 1991, p. 72

79. PETIF, Paul. *Paix romaine*. In : les premiers chrèstiennes, Montréal, Cerf, 1983, pp.11-21

quais, a colônia devia submeter-se, da mesma forma que ao controle militar. A civilização romana somente se desenvolveu devido à *pax romana*, pois esta acabou por favorecer a introdução de usos e costumes do Império por toda parte onde o Imperador governava.

As condições de tal paz eram impostas pela presença permanente do exército romano, que tinha o objetivo de fazer com que os súditos acatassem a vontade do Imperador, assim como praticassem o devido culto imperial⁸⁰. Nas mãos do Imperador, a religião tornou-se fonte de manipulação. Através dela, ele garantia sua Supremacia Divina, que, por sua vez, reforçava o seu poder político em todas as regiões do Império. Não se pode dizer que, durante este período, não houvesse insatisfações e revoltas internas; elas se manifestavam, mas eram sufocadas pelas forças militares, que impediam a sua propagação. Desta forma, não havia uma atmosfera de plena tranquilidade e verdadeira paz, durante a *pax romana*. Apesar de estar impregnada por uma ideologia que girava em torno de uma proposta de unificação política, a *pax romana* não foi capaz de aplacar os ânimos nacionalistas dos povos conquistados, que reivindicavam sua própria supremacia.

A *pax romana* pode ser definida como um período da história do Ocidente marcado pela emancipação das conquistas militares e exaltação da soberania romana. Ela se caracterizou, em primeiro lugar, pela cessação das guerras. (I) As hostilidades e ataques aos povos circunvizinhos desapareceram. (II) Foi assinado um acordo de paz entre o general da armada romana e o comandante do exército inimigo. (III) As relações entre Roma e seus inimigos foram reabilitadas e os prisioneiros de guerra, libertados⁸¹.

80. Cf. PERETTO, Elio., op. cit., p. 320.

81. Cf. IMBERT, Jean. *Pax Romana*. In : Recueils de la société Jean Bodin, Bruxelles, Librairie, n. XIV, 1962, pp.308-310

1.6.3

Pax romana e Santo Agostinho

As reformas político-administrativas, que marcaram o período da *pax romana*, tiveram como objetivo principal resguardar e defender o poder imperial⁸². Tratava-se de mudanças de estruturas e de sistemas de organização meramente externos. Ao contrário, a paz de Santo Agostinho se radica no interior do coração humano. Lá, é o espaço sagrado, onde a paz começa a ser vivenciada. A paz defendida pelo Exímio Teólogo emana de Cristo, Filho de Deus, que se fez homem para reconciliar a humanidade dispersa. De fato, a reconciliação com Deus é inseparável da paz entre os homens. Quem vive unido a Deus considera todos como irmãos, pois se reconhece membro da família humana⁸³. A paz do cristão também é fruto da vitória de Cristo na cruz, contra o pecado e as trevas do mal⁸⁴. A paz agostiniana, no entanto, não se limita apenas ao aspecto religioso, como a *pax augusta* ao político. Para o Teólogo de Hipona, a *pax christiana* supera os anseios e as expectativas dos homens, porque abrange e envolve todas as dimensões da vida humana.

A *pax romana* foi alcançada pela vitória de Augusto sobre seus inimigos políticos que também visavam o poder. Augusto compreendeu, segundo David Alvarez Cineira, que, só reinando sozinho poderia garantir a tranquilidade no Império⁸⁵. A paz, que o Serafim da África propõe, implica o empenho de todos, passa pelo indivíduo, pela família, pelo Estado e pela sociedade. A *pax augusta* tinha, como fator principal, a total submissão do povo ao governante, pela aceitação de seus decretos e leis, pois isto era condição indispensável para a paz, ainda que essa fosse assegurada pela imposição do exército. Este sistema não permitia a participação e nem a colaboração popular. Ao povo, era relegada uma função meramente passiva. A paz cristã, ao contrário, é um projeto comunitário, que, mesmo sendo de ordem ontológica e caráter pessoal, requer o empenho e a

82.Cf.CINEIRA, David Alvarez. Pablo, el Antisistema. In: REVISTA DEL ESTUDIO TEOLOGICO AGUSTINIANO DE VALLADOLID, fasc. 2, Mayo/Agosto, 2007, p.302

83. Cf. VODOPIVEC, Giovanni. La Chiesa Sacramento della pace. In: Atti del Simposio delle Università Ecclesiastiche e gli Istituti di Studi superiori di Roma, Roma, Herder, 1986, p.668

84. “Pois nele aprouve a Deus fazer habitar toda a plenitude e reconciliar por ele e para ele todos os seres, os da terra e os dos céus, realizando a paz pelo sangue da sua cruz”. CI 1,20

85. CINEIRA, David Alvarez., op. cit., p.302

busca de soluções em conjunto. Ela é uma proposta que se concretiza, quando o homem, livremente, reconhece sua pequenez e abre seu espírito à ação de Deus, que transcende sua existência. A *pax christiana* resulta da adesão incondicional aos preceitos divinos, que não são impostos ao homem, mas oferecidos com suavidade pela sabedoria divina.

Quando se analisa atentamente alguns aspectos concernentes da *pax agustiniana e da romana*, percebe-se um paralelismo antitético de convergência e divergência. A primeira fixa suas raízes no íntimo do homem, onde Deus se encontra, identificando-se com a própria paz⁸⁶. A paz agostiniana supõe ordem das estruturas sociais e políticas, embora as transcenda, porque não depende, exclusivamente, destas estruturas externas para ser concretizada⁸⁷. A verdadeira mudança começa no interior, onde o homem trava uma batalha silenciosa e persistente para manter-se livre dos vícios e concupiscências da carne. Para Agostinho, antes de tudo, é necessário mudar o homem e não as estruturas ou sistemas de governo. Tudo será mais fácil, se aqueles que guiam e governam as instituições se deixarem conduzir pela paz de Cristo. Do contrário, a paz permanecerá um ideal belo, porém, inatingível⁸⁸.

A segunda tem, como princípio e fundamento a instabilidade da vontade daqueles que detém o poder. Está sempre sujeita ao jugo de um sistema político que leva em conta apenas algumas dimensões do ser humano, por isso, age sempre de modo parcial.

Apesar das diferenças entre a *pax romana* e a *paz agostiniana*, pode-se afirmar que os meios empregados em ambas, ainda que diversos, revelam que a paz é, desde o início, um anseio do coração humano e um desejo que acompanha sempre a história dos povos e das nações⁸⁹. A *pax romana* não era perfeita e definitiva, porque estava condicionada apenas às mudanças dos sistemas de

86.Cf. IBANEZ, Angel Garcia. Pace e Riconciliazione con Dio in Cristo, nel Messaggio di Pace della Chiesa. In: Atti del Simposio delle Università Ecclesiastiche e gli Istituti di Studi Superiori di Roma, Roma, Herder, 1986, p.707

87. Cf. COMBLIN, Joseph. Teologia Della Pace, Roma, Paoline, 1962, p.128

88. A *pax romana* foi arquitetada para responder a inquietante sede de paz que, há muito tempo, era frustrada pelas intermináveis guerras que assolavam o Império. In: Atti del Simposio delle Università Ecclesiastiche e gli Istituti di Studi Superiori di Roma, Roma, Herder, 1986, p.334

89. JOÃO PAULO II, Mensagem para o Dia da paz de 1992, n. 2: “A aspiração da paz está inscrita na natureza humana e reve-se nas diversas religiões. Exprimi-se no desejo de ordem e tranqüilidade, na atitude de disponibilidade ao outro, na ajuda e colaboração baseada no respeito recíproco.

governo que, por sua vez, são transitórios e carecem de um substrato espiritual. Segundo o Sábio de Hipona, a *pax romana* fracassou, porque estava alicerçada sobre valores sociais e políticos desprovidos da paz de espírito e de ideais comuns, sem os quais não se experimenta a concórdia, portanto não se chega à paz. Ele exemplifica esta visão através da imagem de dois homens que representam a sociedade e a comunidade política. Um, de condição financeira modesta que, embora privado da comodidade dos bens materiais, vive em paz e segurança consigo e com os seus. O outro rico e poderoso, mas intranquilo e infeliz assaltado pela angústia e pelo medo⁹⁰, por isso, incapaz de construir a concórdia e a paz. No primeiro, vislumbra-se a fragilidade e a intensidade da paz cristã. No segundo, constata-se a ilusória grandeza e a insegurança da paz pagã⁹¹.

Somente a paz de Cristo poderia levar a pleno cumprimento a *pax romana*. Pode-se afirmar, segundo Elio Peretto, neste contexto, que a *pax augusta* foi somente um frágil reflexo da verdadeira paz⁹² que acompanharia a vinda de Cristo. Essa paz não é um dom exclusivo, como a *pax augusta*, que muitos pensavam que fosse reservada ao Império Romano. A paz de Cristo é um dom gratuito para todos⁹³. A humanidade inteira é chamada a participar dos frutos dessa paz, que não se esgota no “aqui e agora”, mas é remetida à pátria celeste, pois a terra não é capaz de contê-la. Sua consumação será em Deus.

“Se, por conseguinte, soberano bem da Cidade de Deus é a paz eterna e perfeita, não a que os mortais atravessam entre o nascimento e a morte, mas aquela em que permanecem, uma vez imortais e livres, quem será capaz de negar que essa vida será muito feliz ou de não achar, comparada com ela, misérrima esta, por mais repleta que esteja de bens anímicos, corporais ou externos?” Contudo, quem se

90.De Civ. Dei. IV,3: “Imaginemos dois homens (...) Imaginemo-los assim: um deles, pobre, ou melhor, da classe média; o outro riquíssimo. O rico, angustiado pelos temores, consumado de angústias, abrasado pelo fogo da cobiça, nunca tranqüilo e sempre desassossegado, sempre ofegante por causa de contendas e inimizades, aumentando de maneira exorbitante seu patrimônio, graças a essas misérias e alegando ter, com esse aumento, preocupações amaríssimas. O de classe média, bastando a si mesmo com a escassa e apertada economia familiar, mas querido pelos seus e gozando de dulcíssima paz com os parentes, vizinhos e amigos, piedosamente religioso e benévolo de coração, sadio de corpo e de vida regrada, de costumes castos e consciência tranqüila”.

91.Cf. PARADISI, Bruno. L'organisation de la paix aux IV et V siècles. In: Société Jean Bodin, Bruxelles, Librairie, n.XIV, 1962, pp.336-337

92.Cf. PERETTO, Elio. op. cit., p.314

93. JOÃO PAULO II, Mensagem para o dia mundial da paz 2000, n.1: “Deus ama todos os homens e mulheres da terra e dà-lhes a esperança de um tempo novo, um tempo de paz. O seu amor, plenamente revelado no Filho encarnado, é o fundamento da paz universal. Acolhido no mais íntimo do coração, esse amor reconcilia cada um com Deus e consigo mesmo, renova as relações entre os homens e gera aquela sede de fraternidade que é capaz de afastar a tentação da violência e da guerra”.

conduz de tal modo que ao fim da que ardentíssima e fidelissimamente espera refere o uso pode com razão chamar-se feliz neste mundo, mais, na verdade, pela esperança que pela realidade⁹⁴.

A *pax romana* visava o progresso do Império romano através de uma ordem política tirânica, mantida pela opressão. E, todavia, garantia uma paz permanente assegurada pela conservação dos domínios adquiridos e a expansão do projeto da paz nos territórios de domínio romano⁹⁵. A paz cristã, da qual Santo Agostino é fiel interprete, deve difundir-se, não pelo poderio militar, mas pela prática das virtudes cristãs da fé, esperança e caridade. A força da paz de Cristo é o amor e o perdão aos inimigos. Ela se inspira no exemplo do Filho de Deus, que, do alto da cruz, perdoou seus algozes⁹⁶.

A paz de Cristo liberta o homem desde o seu interior, pois, aderindo aos preceitos cristãos, ele recupera a dignidade de criatura, que havia perdido com o pecado⁹⁷. Por isso, pode-se afirmar que a graça é raiz e seiva da paz cristã, ambas são inseparáveis. A paz cristã procede da graça, ou seja, ela é fruto da reconciliação entre o Criador e a criatura pela mediação do Deus feito homem, Jesus Cristo⁹⁸. Com efeito, a *pax christiana* possui duas dimensões essenciais⁹⁹: a primeira é espiritual, e a segunda é de caráter social. Só Cristo pode restituir ao coração do homem, dilacerado pelo pecado e o ódio, a unidade e a harmonia¹⁰⁰. Por sua vez, a paz com Deus e consigo mesmo é a base da paz com os outros. Estes dois componentes da paz estão em plena sintonia com a libertação cristã¹⁰¹.

94. De Civ. Dei XIX,20

95.Cf. CINEIRA, David Alvarez. Pablo, el Antisistema. In: REVISTA DEL ESTUDIO TEOLOGICO AGUSTINIANO DE VALLADOLID, fasc. 2, Mayo/Agosto, 2007, p.300.

96. “Jesus dizia: “Paí, perdoa-lhe: não sabem o que fazem”... Lc 23,34

97. “Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, Homem e mulher ele os criou”. Gn 1, 27

98.Cf.WENDELS, Languen. La paix selon la conception chrétienne. In : REVUE THOMISTE, n. 1, Janv., 1938, p.77

99. Cf. VODOPIVEC, Giovanni. op. cit., p.671

100.INSTRUÇÃO SOBRE A LIBERDADE CRISTÃ E A LIBERTAÇÃO, n.52: “Reconciliados com Ele e recebendo aquela paz de Cristo que o mundo não pode dar, somos chamados a ser, entre os homens, construtores da paz”

101. Ibidem p.72: “A libertação, em sua significação primordial, que é soteriológica, prolonga-se, assim, em missão libertadora, em exigência ética. Aqui encontra o seu lugar a doutrina social da Igreja, que ilumina a práxis cristã ao nível da sociedade (...) A verdade do mistério da salvação, em ação no “hoje” da história para conduzir a humanidade resgatada rumo à perfeição do Reino, dá seu verdadeiro significado aos necessários esforços de libertação e ordem econômica, social e política e os impede de submergir em novas servidões”.

A *pax romana*, embora assegurasse a libertação do medo de guerras e de suas consequências devastadoras, impunha, como condição, a obediência irrestrita aos decretos imperiais, que acabavam sufocando a liberdade individual dos cidadãos, pelo excessivo controle das milícias romanas¹⁰². De acordo com o que foi exposto, vemos como existem, de fato, divergências entre os dois tipos de paz. Porém, quando analisadas atentamente, verifica-se a confluência de alguns matizes comuns. A reforma administrativa de Augusto realçava o monoteísmo religioso preconizado pelo culto ao Imperador, um ser provisório e mortal. O cristianismo é uma religião monoteísta, porém centrada no Transcendente¹⁰³. Assim, tanto a *pax romana* como a cristã se confrontam com o pagânismo, sobretudo em relação ao romano pagão, que vivia sob o jugo do politeísmo, prestando culto a vários deuses¹⁰⁴. Cristo, realmente, reúne em si a única paz que supera as divergências sócio-políticas e religioso-culturais presentes na vida dos povos. Para Elio Peretto, a *pax romana* e a paz cristã constituem um dom que não procede da natureza do homem. A primeira se adquiri pela submissão ao Imperador Augusto¹⁰⁵ e a segunda resulta da obra redentora de Cristo (Rm 5,1).

A *pax romana*, assim como a paz cristã, remete para uma ordem cósmica¹⁰⁶ anteriormente, estabelecida pelo Criador do universo¹⁰⁷. A raiz da primeira foi fixada na reforma das estruturas sociais e políticas. A segunda, por sua vez, apóia-se em Deus e na pronta adesão dos homens aos seus preceitos de amor. Estes, quando postos em prática, renovam as relações humanas através da reconciliação e do perdão das ofensas. Já, a *pax romana* tentava implantar a ordem, a concórdia, a tranquilidade pela coerção. Ambas caminham, no tempo,

102. Cf. PERETTO, Elio. op. cit., p.315

103. Cf. Ibidem p. 314

104. FARINA, Raffaele. La pace in Eusebio di Cesarea. In: Simposio fra le Università Ecclesiastiche e gli Istituti di Studi Superiori di Roma, Roma, Herder, 1986, p.334: “La pace, che si appoggia all’unità religiosa e politica, há i due suoi grandi avversari nel politeismo e nella poliarchia, i quali sono debellati rispettivamente dal cristianesimo e dall’Impero Romano...Viene infine spontaneo, anche se non esplicitato da Eusebio stesso, il parallelismo tra Cristo, che prende dagli angeli delle nazioni il dominio di diritto sugli uomini, e Augusto che dalle singole nazioni forma il dominio di fatto dell’Impero Romano: da ambedue è venuta la pace”.

105.Cf. De Civ. Dei, III,21: “Omito, nesse período os mil e um desastres bélicos, devidos a várias causas, e a violada aliança numantina, até chegar a César Augusto, que parece haver arrancado ao povo romano toda liberdade, gloriosa na opinião deles, mas contenciosa e arriscada e, na verdade, abastarda e languida, e, avocando tudo ao arbítrio real, instaurou e renovou de certa maneira a república, já encarquilhada pelos achaques da velhice”.

106.PERETTO, Elio., op. cit. p.325: A *pax romana* estava alicerçada sobre uma ordem político-religiosa que corroborava em prol da paz cívica que, por sua vez, faz parte da ordem cósmica.

107. Cf. COMBLIN, Joseph. Teologia Della Pace, Roma, Paoline,1962, p.133

movidas por vontades e comandos que, embora sejam diversos, encontram, no homem, o seu principal denominador comum, pois este, em qualquer etapa da história é agente ativo e destinatário da paz¹⁰⁸.

A *pax augusta* se aproxima da paz agostiniana no que diz respeito à manutenção da paz com os outros povos, pois, Augusto defendia que o Império devia apenas consolidar as conquistas já alcançadas e não fazer novas investidas militares. Esta mentalidade de Augusto rompeu, radicalmente, com as antigas estratégias político-militares que faziam os romanos lançarem-se sempre mais em busca de novos domínios¹⁰⁹. Santo Agostinho sempre condenou o desejo exacerbado dos romanos de alargar o Império servindo-se das guerras.

“Na origem, o poder sobre os povos e as nações estava em mãos dos reis, que não eram levados às culminâncias da majestade pela ambição popular, mas pela reputação em que os tinha os bons. Os povos governavam-se sem leis; serviam-se de leis o ditame dos princípios. Era de uso defender os limites do Império, não estendê-los. As fronteiras dos reinos ficavam dentro das próprias nações. Nino, rei dos assírios, foi quem primeiro alterou o costume arcaico e, como herança dos antepassados, com nova cobiça de império. Foi o primeiro a declarar guerra aos povos limítrofes e dominou até os confins da Líbia, povos ainda rudes no manejo das armas”¹¹⁰.

Há elementos comuns entre a paz cristã e a *pax romana*? Bruno Paradisi¹¹¹ sustenta que, para Eusébio de Cesárea, a *pax augusta*, além do significado político, tinha uma dimensão religiosa. Segundo Eusébio, a *pax romana* havia sido profetizada como a vinda de Cristo¹¹²: “Em seus dias floresça a justiça e muita paz até ao fim das luas” (Salmo 71,7) e “Uma nação não levantará a espada contra a outra, e nem se aprenderá mais a guerra” (Isaias 2,7). Sobre este aspecto,

108. JOÃO PAULO II, Mensagem para o dia mundial da paz de 1981, n. 5: “Embora a paz seja um dom, o homem não está nunca dispensado da sua responsabilidade de procurá-la e de empenhar-se no sentido de a instaurá-la, mediante esforços pessoais e comunitários ao longo da história. O dom divino da paz, portanto, é sempre uma conquista e uma realização humana; com efeito, ele é proposto ao homem para ser acolhido de modo livre e, depois, ser, progressivamente, posto em prática pela sua vontade criadora”.

109. Cf. PERETTO, Elio., op. cit., p. 322

110. De Civ. Dei, IV,6.

111. Cf. PARADISI, Bruno., op. cit., p.339

112. Cf. EUSÉBIO DE CESÁREA, Histoire Ecclésiastique, Livro VIII-X, Paris, Cerf, 1958, X,8.1; X,9.7

Eusébio parece concordar com o Doutor da África¹¹³. Na opinião de Paradisi, Eusébio acreditava que a *pax romana* tenha também favorecido a difusão do cristianismo através da tolerância religiosa e da unificação dos costumes e da língua¹¹⁴. No entanto, grande parte dos historiadores assegura que, entre a *pax romana* e a *pax christiana*, haja apenas uma coincidência de tempo e espaço¹¹⁵, pois, a primeira visava somente um controle do poder político e a segunda tem, como fim principal, a restauração da paz no espírito do homem e na vida social. Por isso, os cristãos buscam-na através dos preceitos de Cristo, cuja ordem incita ao amor a Deus e ao próximo¹¹⁶. Na *pax romana*, verifica-se um espírito de interesses individuais, que visavam, antes de tudo, a supremacia e o comando de um só, cujos decretos e leis, nem sempre, atendiam aos anseios da coletividade¹¹⁷, por isso, não havia concórdia. Assim, a *pax romana* eliminará as grandes guerras e as revoltas internas, porém não edificará a concórdia social, pois essa só se realiza, quando as iniciativas são inspiradas pelo bem-comum, que, para o Filho de Mônica, é inspirado por Deus. A esse respeito, Agostinho dá, como exemplo, o trabalho realizado pelos primeiros Imperadores cristãos¹¹⁸, que conseguiram promover a concórdia entre seus súditos, porque agiam com os olhos fixos em Deus, Único Bem capaz de manter os homens unidos. Por isso, como o Apóstolo Paulo, ele recomenda que todos rezem pelos governantes:

“O povo de Deus é livrado pela fé e para com ela caminhar, enquanto viva. Eis o motivo que leva o Apóstolo a advertir à Igreja que ore pelos constituídos em dignidade, a fim, diz ele, de levarmos vida tranqüila e calma, no exercício da piedade e da caridade. Quando anuncia ao antigo povo de Deus seu cativo e lhe recomenda ir para a Babilônia sem murmurar e dando a Deus prova de sua paciência, o profeta Jeremias aconselha-o a orar por essa cidade, porque em sua

113. De Civ. Dei, XVIII,46: “Reinando Herodes na Judéia, o imperador César Augusto dera paz ao mundo, depois de mudado o regime constitucional da república, quando Cristo, segundo a citada profecia, nasceu em Belém de Judá, homem visível, nascido humanamente de virgem, e Deus oculto, divinamente gerado por Deus Pai”.

114. Cf. EUSÉBIO DE CESAREIA, op. cit., IV, 26,7. 8

115. Cf. PERETTO, Elio, op. cit., p.334

116. De Civ. Dei, X,5: “Todos os preceitos divinos, lidos de muitos modos, no ministério do tabernáculo ou do templo, a respeito dos sacrifícios, tendem a significar o amor a Deus e ao próximo. Desses dois preceitos, como está escrito, depende toda Lei e os Profetas”.

117. Ibidem.

118. Ibidem V,19: “Os verdadeiramente piedosos, que à vida moral unem a ciência de reger os povos, constituem verdadeira bênção para as coisas humanas, se, por misericórdia de Deus, gozam de poder. Tais homens, sejam quantas forem as virtudes que podem ter nesta vida, atribuem-nas à graça de Deus, porque as deu aos que queriam, criam e pediam”.

paz encontrareis vossa paz, quer dizer, a paz temporal comum aos bons e aos maus”¹¹⁹.

119. Ibidem XIX,26.